

## CLASSE OPERÁRIA: PRESENTE !



### — o 7 de Fevereiro

Face à crise económica e à opção fundamental que neste momento se decide em Portugal entre um autoritarismo de direita de fachada democrática e avanços decisivos no sentido do socialismo, os trabalhadores da EFACEC-INEL, reunidos em Plenário decidiram tomar a iniciativa de uma grande manifestação unitária, em Lisboa, contra o desemprego. — «O desemprego é uma consequência inevitável do sistema capitalista. Cabe aos trabalhadores destruir este sistema e construir um mundo novo».

Outras empresas aderiram à iniciativa vindo a

convocação a ser subscrita por trabalhadores de várias empresas organizadas num grupo de coordenação de luta interempresas.

O M.E.S. aderiu também a esta iniciativa, tomando pública esta adesão num comunicado do secretário da Organização Regional da Lisboa, datado de dia 5, nos seguintes termos:

A perspectiva em que esta manifestação surge — traduzida não só no texto de convocação divulgado mas também na luta desenvolvida pelos trabalhadores de várias empresas que nela estarão presentes — lava o Movimento de Esquerda Socialista a opo-

Consciente de que, neste momento, em Portugal, nos movimentos unitários conduzidos pelos trabalhadores se joga de forma decisiva a luta anticapitalista consequente, o M.E.S., apolara de forma inequívoca esta acção dos trabalhadores.

Desde já repudiamos toda e qualquer tentativa de instrumentalização desta manifestação, tentativa que acreditamos os trabalhadores presentes saberão denunciar.

Os militantes do Movimento de Esquerda Socialista estarão presentes e actuarão de acordo com esta perspectiva de contribuir para o avanço da organi-

zação e da luta unitária e autónoma dos trabalhadores.

Denunciamos o silêncio que os meios de informação têm feito quanto a esta movimentação operária e anticapitalista.

Denunciaremos também as posições de todas as organizações que neste momento procuram deturpar o sentido desta luta, como se não soubessem que ela é de facto uma acção anticapitalista dirigida e apoiada por vários militantes que têm estado presentes em algumas das mais importantes lutas operárias dos últimos meses em Portugal.

## EDITORIAL

No decisivo momento que atravessamos, e que antecede as eleições, o desenrolar da luta de classes vai-se encarregando de combater a confusão que as forças ao serviço da burguesia lançam no seio dos trabalhadores.

Numa situação em que a burguesia financeira, industrial e agrária envereda declaradamente pela sabotagem económica, tentando desesperadamente aproveitar-se do agravar da crise económica para restabelecer a sua dominação política autoritária e defender os seus privilégios ameaçados.

Numa situação em que a reacção capitalista vai cerrando fileiras, interna e internacionalmente, em que o imperialismo se empenha em mostrar que não está disposto a tolerar grandes transformações em Portugal e em que os partidos fascistas vão ganhando ousadia.

Numa situação em que o M. F. A. necessariamente se vai apercebendo não só de quais são os verdadeiros problemas nacionais, afinal os problemas das massas trabalhadoras, mas, sobretudo, da rede de contradições em que se move. Contradições que consistem na tentativa de conciliar o irreconciliável e de pensar que a reacção capitalista se desarma pelo simples facto de não lhe dar pretextos para actuar.

Numa situação em que base económico-social do fascismo se mantém intacta nove meses depois do 25 de Abril.

A classe operária, à frente dos restantes trabalhadores, organizando-se, combatendo a exploração, o desemprego e a sabotagem económica, mostra que a hora é efectivamente de acções concretas.

Continua na pág. 7





# EDITORIAL

Continuação de pag. 1

Ao ocuparem as fábricas e as terras que o patronato explorador deixa ao abandono ou sabota declaradamente os trabalhadores mostram bem que na situação actual não se pode actuar com hesitações, mas com firmeza e decisão.

Ao exigirem, como na Eurofil, que seja o patronato a suportar as dívidas que contraiu deliberadamente e não o Estado, os trabalhadores mostram que a solução para a crise económica em curso tem de ser obtida à custa dos interesses dos capitalistas.

Ao trazerem de novo à ordem do dia a questão do saneamento, os trabalhadores mostram claramente que o começo de saneamento civil e militar que se fez é insuficiente, e que o verdadeiro saneamento tem de ser baseado na iniciativa popular, na iniciativa dos que defendem o avanço do processo revolucionário, e não em preceitos legais que têm permitido que, sejam os que devem ser saneados a dirigir, em muitos casos, o saneamento.

Ao manifestarem-se contra o desemprego e a provocação imperialista da N. A. T. O., não obstante a proibição conciliatória, os trabalhadores mostram que estão dispostos a tornar a iniciativa na luta contra o avanço das forças direitistas e reacçãoárias.

Ao fazerem do 7 de Fevereiro uma jornada de luta, os trabalhadores mostram que estão dispostos a reforçar e defender os órgãos de poder que criaram no desenvolvimento das suas lutas, as comissões de trabalhadores. A defendê-los quer das investidas do patronato, quer das forças reformistas que, sentindo muitas comissões de trabalhadores fugir-lhe do controlo, tudo tentam para reduzir a organização nas locais de trabalho aos limites sindicais onde as suas posições são dominantes.

Numa fase decisiva do processo aberto pelo 25 de Abril, e aprofundado no 28 de Setembro, em que a luta pelo socialismo está em toda a sua extensão na ordem do dia, os trabalhadores mostram-se efectivamente preparados para ela.

Numa fase em que é fundamental reforçar a unidade revolucionária dos explorados e oprimidos no seio dum poderoso movimento de massas anticapitalista não há lugar para sectarismos partidários, impondo-se uma crescente unidade de acção das forças que efectivamente combatem o capitalismo e o imperialismo. Combate que implica, simultaneamente a luta contra o reformismo e esquerdismo no seio do movimento operário.

No período eleitoral que se avizinha em que a burguesia tentará desviar os trabalhadores da sua verdadeira luta, para recuperar as posições perdidas e amarrar M. F. A. aos seus interesses de classe, é fundamental manter a iniciativa operária e popular na luta contra o desemprego, a subida do custo de vida e a sabotagem económica. Na fase actual é fundamental fazer na luta pelo saneamento um verdadeiro motor do processo de destruição da base que sustentou o fascismo. Na fase actual é fundamental lutar contra as eleições burguesas apontando o caminho de uma Assembleia Popular, verdadeira expressão da vontade dos trabalhadores organizados e pessoalmente importante no fortalecimento da aliança entre os oficiais progressistas do M. F. A. e as massas populares em movimento e em luta.

## INTER-EMPRESAS CONTRA DESEMPREGO

Num momento em que o imperialismo internacional e os seus aliados em Portugal procuram recuperar os seus evarcos anticapitalistas realizados após o 25 de Abril, cumprir às massas trabalhadoras uma resposta decidida a essa ofensiva.

Sendo esta manifestação uma iniciativa que claramente defende os interesses das classes trabalhadoras — numa fase, em que a repressão exercida pela burguesia se faz sentir de forma duríssima através dos despedimentos, numa fase em que o M.F.A. tem de avançar medidas revolucionárias que defendam na prática os interesses da classe trabalhadora — toda a acção que deturpe ou represse esta manifestação é objectivamente contrária à unidade POVO/M.F.A. e ao avanço do processo revolucionário.

Entretanto, o Governo Civil de Lisboa, proibiu qualquer manifestação pública a realizar entre os dias 7 e 12 do corrente.

Enquanto várias organizações aderiram — LUAR, UDP, e outras — o P.C.P. e o M.D.P./C.D.E. manifestaram dúvidas quanto à representatividade das entidades organizadoras e quanto às «verdadeiras intenções» da manifestação, concordando, na generalidade, com a proibição da realização, «dado que quaisquer recortes com os militares da NATO favoreceriam os objectivos da reacção». Também os principais organismos sindicais concordaram nesta análise: Tanto a Intersindical como a União dos Sindicatos do Sul emitiram comunicados neste sentido. No desta última podia ler-se nomeadamente: «trata-se de mais uma tentativa de lançar a confusão no seio dos trabalhadores pois as palavras de ordem e a sua organização à margem das estruturas representativas dos trabalhadores são bem a demonstração das verdadeiras intenções dos seus organizadores».

Assim, mais uma vez estas organizações optaram pela denúncia e caindo das iniciativas que não controlam, venham elas de onde vierem, defendam ou não os interesses da classe operária e seus aliados.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

deixar as manifestações, concordando, na generalidade, com a proibição da realização, «dado que quaisquer recortes com os militares da NATO favoreceriam os objectivos da reacção». Também os principais organismos sindicais concordaram nesta análise: Tanto a Intersindical como a União dos Sindicatos do Sul emitiram comunicados neste sentido. No desta última podia ler-se nomeadamente: «trata-se de mais uma tentativa de lançar a confusão no seio dos trabalhadores pois as palavras de ordem e a sua organização à margem das estruturas representativas dos trabalhadores são bem a demonstração das verdadeiras intenções dos seus organizadores».

Assim, mais uma vez estas organizações optaram pela denúncia e caindo das iniciativas que não controlam, venham elas de onde vierem, defendam ou não os interesses da classe operária e seus aliados.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

Simultaneamente o M.R.P.P. dentro da linha «cósmica» que vem prosseguindo considerava a manifestação como uma «manobra» apanco-sindicalista que visa atacar a vanguarda da classe operária.

TO da manifestação e a indignação causada pelas manobras militares desta organização imperialista em Portugal.

Parante os milhares de milhares PR'A FRENTE, PR'A FRENTE o cortejo retomou a marcha para se voltar a deter alguns metros adiante, em frente das chaminéas que barravam a passagem. Depois de conversações e face à firme determinação dos milhares de trabalhadores e militantes que gritavam «marinheiros e soldados também são explorados — os chaminéas desimpediram a faixa esquerda da Avenida, permitindo que o longo desfile prosseguisse a marcha, em silêncio, protegido por um impenetrável serviço da ordem e enquadramento por cordões de manifestantes de mãos dadas.

Além a organização e a disciplina patentes desde o início do percurso demonstraram à evidência o carácter desproporcionado das apreensões dos partidos e organismos que se pronunciaram pela proibição da manifestação, mais uma vez se tendo provado que é no terreno da luta de massas que se des-

de ordem contra os despedimentos e contra o capital não o eram menos. E isto é de extrema importância, visto que a luta pelo socialismo é uma luta global, contra a exploração e a opressão sob todas as formas que elas revestem.

Atingida a Praça de Londres, impreviu-se um câmbio em frente ao Ministério do Trabalho onde representantes de várias empresas convocadores pronunciaram palavras de estado ao capitalismo e de denúncia do reformismo que domina as direcções dos sindicatos e desenvolve uma política de colaboração de classe com a burguesia.

Pena foi que a denúncia verbal se não juntasse a definição dos métodos e a utilização para transformar as organizações assim controladas em poderosas movimentações de massa anticapitalista. Chamar amarelos aos sindicatos não basta! Há que saber compreender as razões históricas objectivas que levam a tal estado de coisas de modo a permitir traçar uma táctica correcta em ordem à sua transformação. Há que saber abandonar a atitude so-

GREVE — SIM! «LOCK OUT» — NÃO!  
TRABALHO EVENTUAL NÃO! TODOS EFECTIVOS  
HORAS EXTRAS — NÃO  
REDUÇÃO DE HORARIO — SIM  
3000\$ — SALÁRIO DE FOME  
CONTRA OS DESPEDIMENTOS /  
UNIÃO DA CLASSE OPERÁRIA  
NÃO AO DESEMPREGO — ABAIXO O CAPITALISMO  
FORA A N.A.T.O. — INDEPENDÊNCIA NACIONAL

mascaram e isolam os convocadores (e não evitando e proibindo todas as acções onde eles «posam» ter lugar).

Os trabalhadores souberam mostrar que a firmeza dos objectivos se não confunde com infantismos de processos ou pseudo-radicalismos de acções. Organização e disciplina são, pelo contrário, armas fundamentais da classe operária na luta diária que trava pela sua libertação.

E note-se, que se a luta contra o imperialismo a saída de Portugal da NATO e da NATO de Portugal eram componentes importantes do significado da manifestação, as palavras

brancas de «detentor da linha justa» e «buzes mil» no seu confronto com o que variado de posições implementadas no terreno da luta de massa no sentido de disputar a sua condução ao reformismo, forçando a uma alternativa global a todos os sistemas de dominação e opressão.

O 7 de Fevereiro saudou-se como importante marco na luta anticapitalista em Portugal. Há que prosseguir na organização e consciencialização da classe operária e seus aliados, única forma segura de garantir o avanço do processo revolucionário e da luta pelo socialismo para construir o comunismo.





**Encontro de militantes anti-coloniais**

Realizou-se no CIDAC, na passada 6.ª feira, dia 6-1-75, a primeira reunião de informação destinada a militantes anticolonialistas. Intervieram neste encontro 3 participantes do grupo de professores militantes que orientaram um seminário pedagógico na Guiné-Bissau, durante as férias do Natal.

A sessão abriu com a projecção de dispositivos que proporcionou uma primeira aproximação da realidade da Guiné-Bissau, e permitiu uma reflexão crítica sobre essa mesma realidade, nomeadamente quanto aos aspectos da herança colonial.

Seguiu-se uma breve exposição sobre os objectivos da iniciativa que se traduzem na colaboração na formação de pessoal docente da Guiné-Bissau, através de um curso intensivo de formação acelerada a realizar durante dois meses nas férias de Verão. Assim, o seminário pedagógico, agora realizado, permitiu os primeiros contactos e um

levantamento de dados necessários à efectivação do curso de formação.

Abordaram-se em seguida problemas relativos à situação caótica do ensino deixada pelo colonialismo, aos conteúdos do ensino, à política educacional, ao perigo do neo-colonialismo e da transplantação de um certo liberalismo europeu, às alterações dos programas e do currículo, à necessidade da vigilância por parte dos professores estrangeiros viciados por toda uma estrutura de tradição europeia, e à consequente exigência de uma atitude internacionalista da parte desses professores.

Salientou-se ainda a importância da formação de quadros locais e o contributo superficial e imediato do "emprestismo" de professores. Focou-se ainda a necessidade de um rigoroso critério de selecção dos professores estrangeiros, interessados em trabalhar na Guiné-Bissau.

A sessão terminou com um vivo debate que envolveu a assistência.

**O Movimento em movimento!**

Levando à prática uma ampla campanha de propaganda, esclarecimento e discussão política, para a criação de um amplo movimento de massas anticapitalista tem o nosso Movimento realizado vários comícios e sessões de esclarecimento.

Resaltando da própria concepção organizativa que perfilhamos não têm estas realizações, vitais para o nosso Movimento, sido autopropagandas, nem tão pouco a imprensa burguesa as tem feito ressaltar tanto como a certos portmanteaus "pitorescos" da vida interna do nosso Movimento.

Apesar daquela concepção e desta limitação, o nosso Movimento tem vindo a expandir-se regularmente, sendo hoje possível

anunciar a realização de comícios e sessões de esclarecimento em cidades como Santarém ou como em Alpiarça.

É possível anunciar regularmente a abertura de novas células.

Será muito brevemente possível anunciar a legalidade do M.E.S. sem ter de recorrer a "horas extraordinárias" ou a agências especializadas.

Apesar das dificuldades financeiras, a do cerco de calúnias, o Movimento organiza-se, expande-se, enraíza-se; prepara-se seriamente para os combates decisivos dos próximos tempos.

O M.E.S. realizou na semana passada vários comícios e sessões de esclarecimento subordinadas à discussão da situação política portuguesa e às tarefas revolucionárias dos trabalhadores no actual momento.



**Guarda 4 Fev.**

**Lisboa/Ajuda 5 Fev.**  
S. Domingos de Benfica, 5 Fev.  
Casal Ventoso, 5 Fev.

**Aveiro 7 Fev.**

**Braga** (com outras organizações políticas), 2 Fev.

**Fafe** (mesa-redonda com outras organizações políticas), 7 Fev.

**S. Pedro do Sul 8 Fev.**  
Beja 10 Fev. às 21.30 horas.

**PRÓXIMOS COMÍCIOS**

**13 FEV, 3.ª FEIRA**

**Lisboa, Fim-Lever, 18.30 horas**

**15 FEV, SÁBADO**

**Guarda, 21.30 horas**

**Camarada, Quelhas, 21.30 horas**

**Santarém, 21.30 horas**

**Alpiarça, 21.00 horas**

**Esplanada, 20.00 horas**

**Viseu, 21.30 horas**

**16 FEV, DOMINGO**

**Ponte de Lima, Moreira do Lima**

**19 FEV, 4.ª FEIRA**

**Lisboa, Pav. dos Desportos, 21.30 horas**

**Juventude do M.P.L.A. —MES**

Esteve na sede da nossa organização, o representante da juventude do M.P.L.A., o camarada AMILANO, para um encontro com os representantes da juventude do M.E.S.

Durante o encontro, no qual foram abordadas formas de futuras ligações entre os nossos movimentos

**PROGRAMA DA JUVENTUDE DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA**

e de acções concretas de apoio ao povo angolano, por parte do povo português, foi reafirmada a posição do nosso movimento de reconhecer o M.P.L.A. como vanguarda do povo angolano.

1 — Lutar ao lado das organizações juvenis pela liberdade e independência, progresso e dignidade do povo angolano.

2 — Criar entendimento e união de todos os jovens angolanos e denunciar todas as manobras da divisão.

3 — Desenvolver a acção da J.M.P.L.A. fundando novas secções de regiões, zonas, sectores e locais.

4 — Combater vigorosamente o analfabetismo e o obscurantismo entre os jovens angolanos e elucidar-lhes sobre os objectivos da revolução.

5 — Participar e acelerar a formação de quadros técnicos e administrativos de Angola.

6 — Criar um grupo modelo da mulher revolucionária de Angola.

7 — Fundar grupos de desenvolvimento da arte e cultura angolanas.

8 — Criar milícias e células secretas no interior de Angola ao dispor da luta armada.

9 — Lutar pelo estabelecimento de um regime democrático e fático para Angola.

10 — Estabelecer relações de amizade e solidariedade com os jovens africanos a de todo o mundo.

11 — Organizar periodicamente, de 4 em 4 anos, o congresso de toda a juventude angolana.

12 — Criar nos países estrangeiros comités de apoio à juventude e à luta do povo angolano.

13 — Prestar assistência e enquadrar todos os jovens angolanos.

ANGOLA-CAZOMBO, 20 de Setembro de 1974

**Aos camaradas leitores**

O nosso jornal existe, entre outros aspectos políticos, para divulgar as lutas e os processos que os trabalhadores avançam no sentido da defesa dos seus interesses e pela sua emancipação. Assim, o «E.S.» solicita a todos os camaradas e leitores o seu contributo, a sua colaboração, enviando para a nossa redacção todas as notícias e todos os testemunhos da luta — bem como a colaboração individual que não diga respeito a lutas concretas mas se insira no processo político português. Tal colaboração será mais um contributo real e efectivo nesta luta de civis em que estamos empenhados e permitirá assim alargar a todos os leitores do «E.S.» as experiências, os avanços e as análises políticas que se forem fazendo no país. O envio de colaboração deve ser feito por correio para a Redacção, na Rua Rodrigues Sampaio, 79, R/C esp.ª — Lisboa.

O «E.S.» VENDE-SE

**HORÁRIO DA SEDE DO JORNAL**

**2.ª, 3.ª feir 17.00/20h**

**21.30/24h**

**4.ª feir 11.00/13h**

**17.00/20h**

**21.30/24h**

**5.ª, 6.ª feir 17.00/20h**

**21.30/24h**

**Sábado 18.00/20h**

**Domingo 18.00/20h**

**21.30/24h**

**EM FRANÇA**  
Livrairie Portugaise,  
33 Rue Gay-Lussac,  
75005 Paris (Tél. 033.46.181)

**NA BELGICA**  
Librairie L'Oeil Sauvage,  
221, Chaussée d'Ixelles  
1050 Bruxelles (Tél. 648.14.45)

**Esquerda Socialista**

**Assinatura**

8 meses — 78000 ☐ 12 meses — 150000 ☐ apelo — 300000 ☐

Estrangeiro (Europa) — 275000 ☐

**Nome**

**Morada**

**Profissão**

Admin/redacção  
Rua Rodrigues Sampaio 79, R/C, Lisboa, tel. 535438



# MOTORISTAS DE SETÚBAL: SIM OU NÃO À INTERSINDICAL?

O Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal (antigo Sindicato dos Motoristas) tem vindo a desempenhar um importante papel não só de apoio às lutas dos motoristas daquele distrito, mas também, pela sua acção decidida, conseguiu mobilizar trabalhadores de outros ramos de actividade como sucedeu, por exemplo na Empresa Xavier de Lima.

Por outro lado, este Sindicato, que apesar de não se encontrar filiado na intersindical não é um sindicato isolado, está ainda empenhado na construção, a partir da base, de uma Federação Nacional dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários, porque entende que «quantos mais formos e mais unidos estivermos, melhor defenderemos os nossos interesses».

Dada a importância que assumem as lutas travadas pelos motoristas de Setúbal e a necessidade de as divulgar o mais possível, o «E.S.» viu interesse em contactar com algum envilhado nesse processo, que, no caso, foi Daniel Marcello Bentes, o presidente da direcção do Sindicato, para que nos falasse das lutas travadas e também sobre o sindicato e a sua não adesão à Intersindical.

Logo a 25 de Maio, após o saneamento da anterior direcção, entrou em

funções uma comissão directiva que veio a ser formalmente eleita a 15 de Setembro, tomando posse a 25 do mesmo mês.

## SINDICATO

Tratava-se de uma lista unitária composta por elementos das diversas regiões e empresas do distrito, incluindo assim reformistas e revolucionários, cujo unico factor de coesão era a construção de um sindicato verdadeiramente representativo dos trabalhadores.

«A maioria pouco perceptível de política, mas tinham uma força de vontade indomável. Foi agindo sempre com audácia e não com manobras reformistas que enfrentamos a entidade patronal. Não se pode ser meias-tintas, não saber para onde se há-de lançar».

É preciso conhecimento político, saber como se há-de defender intransigentemente os interesses da classe. E, a pouco e pouco, os elementos da direcção foram-se apercebendo desta verdade. É que, quem vai negociar na empresa ou no Ministério do Trabalho, disposto a ceder, está derrotado de antemão!».

«As pessoas estão agora esclarecidas que é na luta... e não travando-a que nós conseguimos alcançar os nossos objectivos e defender os nossos interesses».

ses».

«Com orgulho digo que este sindicato está, neste momento, ao serviço efectivo dos interesses do sector dos motoristas. E não são dos motoristas, porque resolvemos alargar o sindicato aos cobradores, ajudantes e manobradores de máquinas. O Sindicato dos Motoristas passou a ser Sindicato dos Transportes Rodoviários. Somos mais, estamos mais unidos. É aquilo a que se chama um sindicalismo vertical, mas de classe. Nada de misturar «engenheiros com operários». Não, aqui somos todos da mesma classe, com os mesmos interesses, a mesma luta contra os mesmos patrões».

De entre as lutas desencadeadas pelos motoristas do Setúbal e que tiveram sempre o apoio do seu sindicato destacamos:

**XAVIER DE LIMA:** «A nossa acção conseguiu unir todos os trabalhadores, motoristas ou não. Rejeitamos o despedimento de 15 motoristas e vencemos as três «amaralões» que não tinham sido despedidos porque eram colaboracionistas com o patrão, traidores da classe, em presença da nossa vitória, viram-se obrigados a pedir a demissão».

«Impedimos a sabotagem de empresa: o patrão queria vender o material automóvel e nós... de armas na mão! — arrancámos as

viaturas do parque e levámos-las para outro local. Já nos vieram oferecer dinheiro pelos carros, mas nós não aceitámos. Aqui é a nossa ferramenta e lutaríamos até ao fim pelo nosso direito ao trabalho».

**Não nos queriam pagar os ordenados e nós obrigámo-los a isso:** queriam pagar em cheque mas fechamos o administrador toda a noite nas instalações e no dia seguinte os trabalhadores recebiam o dinheiro. Isto uniu até os empregados de escritório, que então compreenderam a necessidade de lutarmos juntos».

**DURIFORTE em Almada:** «Os motoristas responderam à proposta de despedimentos feita pelo patrão mas a sua luta não foi coroada de êxito completo, e isto por duas razões: o esmorecimento de alguns trabalhadores que aceitaram as indemnizações, e a atitude dos demais vendidos do jornal «A Verdade» que só veio atrapalhar tudo e a fazer com que os trabalhadores desanimassem. Não acreditavam que assim, aquilo fosse uma luta a sério com chances de ganhar. Se os mesmos tivessem quietos e deixassem os trabalhadores dar uma solução aos seus próprios problemas, tudo se teria resolvido a nosso favor».

**TRANSUL:** «Ao fim de al-

gum tempo de luta — e os patrões conhecem a reacção dos trabalhadores da Transul, que já antes do 25 de Abril fizeram uma greve — o ordenado mínimo naquela empresa, para o pessoal dos transportes, passou a ser de 7300 escudos».

**CONDOTTE D'ACQUA em Sines:** «Em virtude de uma luta que começou com a questão dos horários impostos pelos chefes, sem ouvir os trabalhadores, sa-námos três encarregados Italianos e agora estamos a fazer um estudo da empresa. Continua em laboração sem e presença, porém, dos Italianos».

Neste momento os instrutores de condução paralizaram o trabalho, nuna «confrontação de protestos», pela melhoria de salários.

## INTERSINDICAL E UNICIDADE SINDICAL

Defendemos um sindicato unico, uma central sindical unica, mas construída pela base e não pela cúpula. Todos nós sabemos como em França a existência da diversas centrais sindicais só tem servido para trair os trabalhadores. Porém, é um engano pensar-se que uma central sindical unica pode, por si só, resolver os problemas dos trabalhadores, se for construída de cima para baixo, como é o caso da Intersindical. Assim, em Setembro

discutimos a nossa entrada na Intersindical. Mas explicou-se aos camaradas quem era o sr. Canais Rocha, o que era o partido do Alvaro Cunhal, o que pretendiam fazer da Intersindical: uma organização reformista, burocrática, de cúpula e de colaboração de classes.

«Nessa altura, os camaradas decidiram não entrar na Intersindical, porque não estavam esclarecidos sobre os fins dessa organização».

Porém esse assunto vai voltar a ser discutido agora. Ora bem, não sempre afirmámos que não temos medo de ir para a Intersindical, lutar lá dentro, contra o reformismo. Achámos e que sozinhos, de pouco valem. Mas também sabemos que já há muitos mais sindicatos que pensam como nós. Se tivermos de ir para a Inter, será para continuar a lutar como até agora.

E mostrou-se recentemente como a Intersindical e a União dos Sindicatos do Sul quiseram sabotar a manifestação operária do dia 7, a que nós damos o nosso inteiro apoio.

Os companheiros já perceberam que não seríamos capazes de defender os nossos interesses, se não estivéssemos mentalizados de que a força está nas nossas mãos, na nossa luta, e não no Secretariado da Intersindical».

# Pescadores —reforçar a organização

A classe piscatória tem revelado nestes últimos dias uma forte combatividade, e um raro sentido de luta. E disso são prova inquestionáveis a greve dos pescadores da Póvoa e Vila do Conde, onde a decisão governamental acabou por se inclinar para as exigências, duramente defendidas, dos pescadores, e a greve dos pescadores da sardinha do Algarve, reivindicando entre outras coisas a garantia de salário mínimo nacional para os doze meses do ano, além de férias e subsídio do Natal, indemnização de 150 contos por morte ou invalidez e outras melhorias relacionadas com a participação no pescado.

Mas se a luta veio evidenciar toda a combatividade da classe dos pescadores, revelou por outro quanto se impõe ainda um reforço organizativo. No caso da Póvoa do Varzim, a demora na obtenção da vitória final, as dificuldades apresentadas pelos



mestres, que lançaram mão de toda a espécie de chantagens divisionistas da classe, veio pôr à prova a consistência organizativa da classe, que chegou a ver-se em riscos de divisão, instrumentalizada pelos mestres-armadores. Com efeito, manifestou-se como imperiosa, no caso da Póvoa do Varzim, a necessidade de se consolidar a organização da classe a nível nacional, de forma a fazer face em termos nacionais a manobras que só se agumentam por tanto tempo porque não encontraram uma resposta enérgica e pronta por parte dos trabalhadores.

Cabe aqui, chamar a atenção para a necessária estruturação nacional dos pescadores, a partir de uma estratégia de criação de núcleos organizativos

de base em cada povoado piscatório, em cada porto de pesca. Momentos de luta como os que se verificaram no Norte e no Sul nesta última semana, e nas que a precederam, exigem uma solidariedade nacional dos pescadores, que só uma organização nacional de classe estará em posição de garantir cabalmente.

Por outro lado, o caso da Póvoa do Varzim veio demonstrar a justiça da posição que defende que os sindicatos da pescadores só podem admitir como sócios pescadores, e quando muito mestres desde que não sejam armadores.

Ficou bem patente o aspecto antagónico dos interesses dos mestres-armadores e dos pescadores, e quem leva à melhor quando se procura descer a pactos colaboracionistas.

# BRUTUS PATROES ORGANIZAM GOLPE DE COMANDOS



Face à obstinação dos patrões, os trabalhadores tomaram conta da produção, mantendo a empresa em funcionamento até que a situação seja resolvida. Um comunicado dos trabalhadores explica a situação:

Na Alfaiataria Brutus os trabalhadores estão em luta, até às últimas consequências, para que não haja nem um despedimento. O patrão fez um acordo no dia 2 de Janeiro em como não despedia o nosso camarada. Menos de um mês depois rompeu o acordo sem previamente, ter tido nenhuma conversação com trabalhadores, sem apresentar quaisquer razões.

Mas as intenções dos patrões eram outras: ficou esclarecido que o patrão queria era desfazer-se de todos os trabalhadores da oficina não importando que, para isso tivesse que desfazer-se da CASA BRUTUS.

Mas todos os colegas, da oficina e do balcão decidiram e reafirmaram em três plenários em conjunto não admitir a despedimento do camarada.

Perante a total recusa do patrão os trabalhadores não tiveram outra solução:

**TOMAR TODAS AS INSTALAÇÕES DA FIRMA NÃO PERMITIR A ENTRADA DA ENTIDADE PATRONAL**

Mais resolveram os trabalhadores:

Iniciar a laboração na oficina da alfaiataria

Abrir as lojas

Passar a trabalhar mais do que nunca mantendo todos os postos de trabalho.

## NÃO QUEREMOS, NÓS TRABALHADORES, SER PATRÕES DA CASA BRUTUS

QUEREMOS QUE, VENHA O PATRÃO QUE VIER NÃO PREJUDIQUE OS Nossos INTERESSES

Na segunda-feira, às 9 da manhã, os patrões acompanhados de várias pessoas, tentaram entrar da surpresa na loja ocupada. Falharam o golpe devido à acção pronta de resistência empreendida pelos piquetes de trabalhadores.

A hora a que encerramos a redacção, os patrões e os «amigos» continuam a rondar a loja, mantendo-se alerta os piquetes para o que possa acontecer.



# Lavandaria Matiol: já basta!

Os trinta trabalhadores da Matiol chegaram ao limite da sua paciência. Já não era mais suportável a

situação de sobre-exploração em que viviam. Enfrentando a realidade, decidiram passar a gerir eles próprios a lavandaria em que trabalham e a defender com ambas as mãos o seu direito ao trabalho.

Além de não receberem o salário mínimo nacional, os trabalhadores da Matiol — sempre sujeitos à tirania do patrão — sentiram palpar sobre as suas cabeças uma permanente ameaça de despedimento, da desemprego, de fome.

No Matiol, tudo gira à roda da vontade descontrolada

do patrão, um tal dr. Ferreira: a lei não tem qualquer valor para o sr. dr.

**Quanto paga este patrão?** Ora, de 50 a 93 escudos por dia, e láto porque «tem pena dos trabalhadores...», quando não, «já há muito que tinha fechado as portas».

**gana, resolve-se a «aumentar» um trabalhador qualquer — mas cuidado, não vão eles habituar-se a esbanjar! — nunca mais de cinco a sete tostões diários...**

Os limites mínimos de idade para trabalhar, são letra morta para o patrão. Na lavandaria trabalham até raparigas até raparigas de treze anos de idade (que

entraram com 12). E o mais espantoso de tudo é que, nos recibos, descontam para a Caixa! No entanto, quando uma das moças se aleijou, na Caixa disseram-lhe que não tinha direito à assistência.

**Horário de trabalho?** Muito simples: nada mais, nada menos do que 49 horas, quando não atinge as 52/53 horas semanais, sem qualquer gratificação especial. E horas extraordinárias, seja de tarde, seja de noite, a «chapa» é única: 50 por cento.

As férias também são à vontade do patrão: às vezes dá 8 dias, outras vezes 15. Subsídios, há-os quando os há.

A juntar a tudo isto falta

ainda referir as péssimas condições de trabalho na Matiol: falta de ventilação, salas excessivamente quentes ou frias, tectos baixos e cheiros tóxicos, entre outras.

**Na semana passada,** quando uma trabalhadora da Matiol se dirigiu ao Sindicato dos Têxteis, Lã e Vestuário do Sul, para se informar acerca do Contrato Colectivo de Trabalho, verificou, com espanto, que nem ela nem as suas colegas estavam sindicalizadas. Imediatamente e por proposta do Sindicato, foram eleitas duas delegadas sindicais e pediu uma inspecção do Ministério do Trabalho à empresa.

Em reunião no Ministério

do Trabalho o patrão desmascarou-se por completo «despedindo» ali mesmo uma delegada sindical e insultando os representantes do Sindicato e do Ministério.

Tomando-se impossível negociar com tal espécie de pessoa e tendo os trabalhadores sido ameaçados pelo patrão de que a empresa garantiria o emprego até Março, estes decidiram tomar imediatamente conta da empresa, impedindo a entrada do dr. Ferreira nas instalações. De qualquer modo, o patrão teve ainda tempo para retirar da lavandaria alguma documentação, uma máquina de escrever e outra de calcular.

Continuamos a traba-

lhar normalmente e já «edificamos aos nossos clientes, na sua maioria hotéis, para não pagarem no patrão. disse-nos um elemento da comissão de trabalhadores recentemente eleito, A. Wagon-Lits, o nosso maior cliente, sózinha, dá trabalho para o nosso sustento. Além dessa, trabalhamos para a CARRA, no aeroporto e alguns hotéis. Se eles nos quiserem apoiar, estamos em condições de manter a lavandaria em funcionamento.

«Em última análise, como a maquinaria foi adquirida com um empréstimo do Banco de Fomento Nacional, a lavandaria Matiol poderá vir a ser nacionalizada.»

## Soc. Central de Cervejas—Nacionalização!



A luta dos trabalhadores da S. C. C. continua. Após a administração ter aceite 16 dos 19 pontos do caderno reivindicativo, ficaram por solucionar três questões em que os trabalhadores se mantêm intransigentes, uma vez que só com a aceitação total do caderno reivindicativo se poderá proceder a uma gestão normalizada da vida da empresa.

São as seguintes, as reivindicações ainda não satisfeitas:

**Redução do número de administradores de 7 para 5.**

**O salário mínimo para os administradores e empregados não poder ser superior ao vencimento de ministro.**

A luta atingiu agora uma fase aguda. Face às atitudes de boicote demonstradas pela administração, os trabalhadores não encontram uma solução. E imediato: A nacionalização da empresa!

A fim de se ficar com uma ideia mais completa da última fase da luta, transcrevemos os dois comunicados mais recentes:

«As comissões de trabalhadores de Lisboa por telefonema de dia 4, 3.ª feira, à noite foram informados que o Ministério do Trabalho estava interessado em reunir as comissões com a administração, não sabendo no entanto explicar o objectivo dessa reunião.

Na tentativa de conhecer o objectivo dessa reunião, na 4.ª feira pelas 10 horas declaramos-se ao dito Ministério do Trabalho dois representantes dos trabalhadores que estiveram em

contacto com o dr. Marques, no seguimento de instruções do telefonema do dia anterior.

Foi com espanto que os dois trabalhadores verificaram que o referido senhor não sabia explicar os objectivos a alcançar com tal reunião.

Com maior surpresa ainda, puderam os representantes dos trabalhadores constatar que aquele senhor ignorava em absoluto o que se passava na Sociedade Central de Cervejas.

Para aquele senhor ficar informado foram-lhe entregues os comunicados n.º 1 e 2 e a foi-lhe dito que os trabalhadores não percebiam a razão de intervenção do Ministério do Trabalho dado que consideravam não existir até aquele momento recusa ao diálogo no seio da empresa tanto por parte dos trabalhadores como da parte da administração.

Apesar disto, já cerca das 13 horas o dr. Marques transmitindo ordens, convocou uma nova reunião entre as Comissões e a administração para esse mesmo dia às 16 horas no Ministério.

Como à hora marcada as Comissões ainda não tivessem comparecido à reunião, foram contactadas pelo telefone pelo dr. Rodrigues Nunes do Ministério, ao qual foi lida a posição então assumida pelas comissões, que entre tanto se tinham reunido para discutir a questão.

### A administração

Considerando as compromissos assumidos pela administração e as posições defendidas pelos Trabalhadores no plenário de Vialonga o dito Ministério do Trabalho foi informado por leitura ao telefone do seguinte:

«1 — a administração comprometeu-se a dar resposta aos Trabalhadores directamente em plenário!

2 — Além disso, foi comunicado à Comissão «Ad Hoc de Vialonga pelos três administradores presentes, voluntariamente e sob palavra de honra, que dariam uma resposta até 2.ª feira passada a um dos pontos, não determinado, e fariam uma data para dar resposta aos outros 2 pontos (os pontos em questão são: redução do número de administradores, vencimento de administradores e funcionários não superior ao de ministro e não distribuição de lucros aos accionistas e de gratificações referentes ao ano de 1974);

3 — As comissões quando foram mandatadas pelos Trabalhadores não tinham poderes para dialogar ou negociar fora do plenário.

Dois horas depois verificou-se novo telefonema, e foi reafirmada a posição anteriormente assumida.

Cerca das 20 horas, quando já não era possível ouvir a opinião dos Trabalhadores, as Comissões receberam nova convocação para o dia seguinte, 5.ª feira, pelas 10 horas, mas desta vez para uma reunião só com elementos do dito Ministério do Trabalho, prova-

velmente com o dr. Eugénio Rosa.

Depois de muitas horas de discussão, foi resolvido que se deslocariam àquele Ministério elementos das Comissões de Trabalhadores da área de Lisboa, sem qualquer carácter formal, para ouvir o que motivava a intervenção do Ministério.

Recebidos pelo dr. Nunes foi respondido que provavelmente a intervenção do Ministério era da iniciativa deste e não solicitada pela administração da SCC (17).

Seguidamente os Trabalhadores foram endossados ao dr. Eugénio Rosa que afirmou: o problema é grave, quer por afectar um grande número de Trabalhadores espalhados por várias empresas quer porque as reivindicações em causa assumem um carácter político que pode influenciar o processo democrático em curso.

Disse-nos depois o dr. Eugénio Rosa que a administração não está disposta a comparecer perante o Plenário dos Trabalhadores em Vialonga.

### Plenário exige nacionalização

Perante isto, as Comissões de Trabalhadores convocaram um Plenário para analisar a situação.

Neste Plenário, realizado no dia 8, na fábrica de Vialonga, os Trabalhadores da SCC decidiram, por esmagadora maioria, aprovar a seguinte proposta:

«Considerando todos os factos apresentados em Plenário sobre a incapacidade de gestão demonstrada pela administração da empresa;

Considerando que em completo desrespeito por aquilo que foi acordado em Plenário de Trabalhadores e a administração da Sociedade Central de Cervejas, esta afirma agora que se recusa a comparecer em plenário;

Considerando que administração se recusou desde terça-feira passada a assumir as suas responsabilidades de gestão, criando problemas a fornecedores e entrando portanto num processo de sabotagem económica;

«Considerando que a administração da Sociedade Central de Cervejas em que os frutos do seu trabalho beneficiam todos os portugueses, e não uma minoria de privilegiados que têm esbanjado fortunas adquiridas com o suor dos Trabalhadores;

Considerando que é necessário acabar definitivamente com as injustiças sociais que existem em Portugal, onde a maioria da população vive em condições económicas deploráveis

PROPOMOS:

Que esta Assembleia de representação às Comissões de Trabalhadores para, com a presença do Movimento das Forças Armadas, solicitar ao Governo através do seu Primeiro-Ministro, e de todas as vias competentes, a IMEDIATA NACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, ao abrigo do estipulado no Decreto-Lei n.º 660/74.



# PODER POPULAR

No momento em que a burguesia procura encontrar formas que permitam a reorganização do seu domínio de classe e em que

contra a respectiva realização, o que, após o 28 de Setembro e o agravar da crise económica não será impossível conseguir.

Tendo em atenção, porém, que o M. F. A. se acha formal e publicamente comprometido na realização das eleições, compromisso que tem reiterado repetidas vezes com insistência; que os partidos burgueses (C. D. S., P. P. D. e P. S.) conduzem uma campanha intensa e intransigente pela realização das eleições, factor indispensável para institucionalizar a ordem de classe da burguesia; que o P. C. P. e o M. D. P. não dispõem de margem de manobra, face à sua prática eleitoralista anterior, para atacar a realização das eleições, apesar de encasarem seus resultados com a maior apreensão é legítimo duvidar do sucesso da luta contra as eleições e é urgente programar uma correcta tática de eventual participação nas mesmas. Isto porque a contestação exterior do processo eleitoral não poderá ter outra consequência que não seja a marginalização e a grupalização política pura e simples.

A participação na campanha eleitoral terá como objectivo principal ultrapassar a dinâmica eleitoralista e só terá sentido se levar à mobilização da classe operária e dos seus aliados para a luta anticapitalista.

A campanha eleitoral será o momento para propagandear, junto das massas trabalhadoras por ela mobilizadas, objectivos de luta de massas anticapitalistas, divulgar as experiências de luta operária mais avançadas, fortalecer a organização dos trabalhadores para a luta contra os despedimentos e a carestia de vida.

A participação do M. E. S. na campanha eleitoral deverá igualmente ter em

conta:

a) As consequências formais, financeiras e organizativas que tal acarreta;

b) A possibilidade de ir até às urnas, não só para contar os votos, como para colocar revolucionários na Constituinte;

c) A eventualidade de assistir e apoiar as candidaturas democráticas contra uma possível vitória das forças de direita;

e) O facto do sentido global da actuação do M. E. S. nas eleições ser dado pelos avanços e recuos das lutas dos trabalhadores e do movimento de massas.

## MFA

O M.F.A. não é um partido político nem lhe competem as mesmas tarefas. No entanto, é necessário não esquecer que a inexorável lógica do sistema capitalista obrigará o M.F.A., e o Estado em geral, a prosseguir e sustentar os interesses da burguesia se a organizações políticas de esquerda não contribuírem para a construção de uma alternativa política à dominação capitalista.

A questão decisiva é a da possibilidade de aliar o M.F.A. a um projecto de avanço para o socialismo ou a da sua instrumentalização aos projectos de direita.

Direita que tem a seu favor o compromisso assumido pelo M.F.A. de instituir os órgãos da democracia burguesa no sequecimento do processo eleitoral. Direita que conta com esse acto de institucionalização dos órgãos de poder estatal para reenviar os militares aos quartéis e fazê-los reprimir,

de modo a garantir-lhe o cumprimento da sua dupla missão: instrumento de democratização no seio das Forças Armadas e garante dos avanços progressistas alcançados pelas forças populares.

No M.F.A., bloco de importância fundamental no poder político, é possível

enfraquecer, o M.F.A. através do isolamento da Comissão Coordenadora do Programa, por outro lado.

A corrente de defesa intransigente do Programa que se caracteriza, primeiro que tudo, por assumir o carácter contraditório do Programa do M.F.A. No desenvolvimento da contra-

ciência colectiva de um modo a construir, o que possibilita sempre a instrumentalização do M.F.A. e uma das classes fundamentais. Assim o M.F.A. dentro do quadro da defesa do processo de democratização poderá utilizar a sua força no poder político, e a sua relativa autonomia, no sen-



se necessário, as lutas dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Com efeito, numa sociedade democrática ocidental não fará sentido um órgão aberrante como M.F.A. e o evoluir da situação favorecerá o retomar da ideologia e da subordinação à burguesia do aparelho militar.

Nesta perspectiva é necessário o avanço de formas de institucionalização e consolidação do M.F.A.

distinguir duas correntes fundamentais.

A corrente direita que representa o projecto autoritário do capital financeiro e a sua necessidade de hegemonia política no «processo democrático», procura, internamente às Forças Armadas, organizar a repressão às lutas dos trabalhadores.

Qualquer destas duas correntes não pode ser definida em termos de tendência constituída por um conjunto de oficiais, ao nível da qual exista cons-

dição entre o reflexo directo da luta de classes no M.F.A. e a sua disposição subjectiva face ao futuro, reflecte a incapacidade de resposta do projecto reformista face às necessidades imediatas das classes trabalhadoras.

Qualquer destas duas correntes não pode ser definida em termos de tendência constituída por um conjunto de oficiais, ao nível da qual exista cons-

terpretar em favor do proletariado os factores introduzidos pela luta de classes.

## CRISE

A crise do sistema capitalista, que se acelera em todo o mundo, manifesta-se em Portugal em termos particularmente agudos. Numa sociedade em que as necessidades mais elementares das classes trabalhadoras estão por satisfazer; 200 mil trabalhadores (número que ameaça crescer explosivamente) vêem-se atirados para o desemprego e, assim, impossibilitados de participar na produção.

Torna-se cada vez mais nítida a consciência das classes trabalhadoras de que, nesta situação, a única forma de defesa dos seus interesses consiste em atacar com decisão o poder do capital, avançando sem hesitação para o socialismo. Assim:

Há que exigir a nacionalização imediata dos centros fundamentais do poder económico capitalista (os bancos, as companhias de seguros, as indústrias básicas, o comércio interno, os circuitos fundamentais do

comércio externo), como forma de abrir espaços novos e mais alargados ao movimento de massas anticapitalista;

Há que ocupar as terras dos latifundiários e grandes agrários, e exigir a respectiva expropriação;

Há que lutar intransigentemente para que sejam os trabalhadores a controlar colectivamente a gestão das fábricas, das empresas e das terras, como única forma de tornar as nacionalizações em verdadeiros avanços para o socialismo, como único processo de impedir que ao capitalismo privado se substitua o capitalismo de Estado, de fachada democrática ou de fachada socialista.

Sentindo-se em dificuldades, a burguesia ensaia as mais diversas manobras no sentido de confundir os trabalhadores e provocar a desunião entre eles. A burguesia é mestra em variar de tática e em mudar de cara. É urgente desmascarar todos os processos de que o inimigo se serve para manter o seu domínio de classe.

Há que tornar claro que o P.P.D., partido còr laranja, constitui neste momento o elemento privilegiado do capital financeiro para tentar esmagar a luta dos trabalhadores;

Há que desmistificar o P.S., partido que, enfeitado de vermelho e dizendo-se socialista, representa na verdade uma força contra-revolucionária que pretende utilizar os processos da social democracia para adormecer os trabalhadores e bloquear o seu avanço para o socialismo.

## COMÍCIO

AS ELEIÇÕES NA CRISE ACTUAL

PODER POPULAR E SOCIALISMO

A Crise do Capitalismo e as Manobras da Burguesia

Para o avanço do movimento operário é popular nem o reformismo nem esquerdismo.

Da unicidade sindical ao sindicalismo de classe.

Os trabalhadores estão prontos para o socialismo

Os trabalhadores são capazes de resolver os problemas criados pelo patronato.

O MES e as eleições. Contra as eleições burguesas

Pela Assembleia Popular.

Abaixo o capitalismo

Avante pelo poder operário e popular

Avante pelo Socialismo para contruir o comunismo

4ª feira  
dia 19  
21,30



Pavilhão dos  
Desportos

É também fundamental combater todos os que desprezam a iniciativa de luta das massas trabalhadoras e que tentam sempre controlar e moderar as lutas mais avançadas da classe operária. Estes que, como o P.C.P. pretendem fazer a revolução sem desenvolver a iniciativa e a organização revolucionária das massas trabalhadoras, não podem levar a uma revolução socialista. Apenas poderão, na melhor das hipóteses, construir um capitalismo de Estado burocrático em que os trabalhadores continuem afastados do poder económico e político.

Há que combater igualmente o radicalismo esquerdista que coloca o «revisionismo» como inimigo fundamental, menosprezando o trabalho de massas e a sua organização segura e firme, preferindo as actuações minoritárias e «exemplares» que podem alimentar o dogmatismo e o sectarismo que os caracteriza. Sendo a expressão da crise do reformismo, o esquerdismo não consegue senão recolher as forças que o próprio reformismo isola.

O combate a travar no seio do movimento operário e popular tem de ter igualmente em conta a necessidade de lutar contra as eleições burguesas pela constituição duma Assembleia Popular, verdadeira expressão da vontade dos trabalhadores organizados, e passo importante no fortalecimento da aliança entre os oficiais progressistas do M.F.A. e as massas populares em movimento e em luta.

## ELEIÇÕES

se abrem invulgaes perspectivas para o avanço decisivo da luta das massas trabalhadoras, canalizar para as urnas eleitorais as tensões derivadas deste processo é entrar nas regras definidas pelas classes dominantes, no sentido de controlar as movimentações dos trabalhadores através de mecanismos de legalidade burguesa, o que conduzirá à institucionalização de novos e eficazes métodos de anestesia e repressão da luta dos trabalhadores e oprimidos.

Deste modo, para os trabalhadores portugueses, as eleições para a Assembleia Constituinte são inegavelmente inoportunas, desmobilizadoras e contra os seus reais interesses.

A denúncia das eleições deve, portanto, ser realizada em termos rigorosos e inequívocos, impondo-se lutar vigorosamente

# E SOCIALISMO



## Conluz -

# Capital estrangeiro em fuga

Dentro da divisão de tarefas do mundo capitalista o Portugal tem cabido o brevíssimo fornecer a mão-de-obra.

Parte da população emigra e vai fazer as tarefas mais pesadas nos «países evoluídos» da Europa Ocidental.

Por outro lado, o capital estrangeiro investe em Portugal em ramos onde a mão-de-obra fosse parte significativa do custo de produção.

Isto porque a mão-de-obra em Portugal era paga a preços muito inferiores aos que correm nos restantes países europeus. É este facto decisivo, por sua vez, é «docilidade» da classe operária e dos trabalhadores portugueses, que era conseguido através de uma utilização permanente e bom desvio do cacete e da propaganda.

É assim que o desmantelamento da P. I. D. E., Lagil e Censura, se em nada abala o poder económico da burguesia, significa a destruição do «aparato técnico» em que se apoiavam.

A classe operária e os trabalhadores em geral aproveitando as novas condições, organizam-se e passam a reivindicar melhores condições de vida e de trabalho.

Face a estas alterações no «mercado de trabalho» o capital estrangeiro tem mostrado particular capacidade de acção. Efectivamente um país que pretende desenvolver-se dedica de lhe interesse, é que a sua prosperidade exige a existência dos que o alimentam. E como raramente eram investidas quantias significativas, fácil se torna transferir a produção (leia-se exploração) para países onde o cacete e a televisão sejam utilizados por «gente de confiança».

Deste modo, os sectores onde predominavam os capitais estrangeiros têm sido dos mais atingidos pela actual vaga de despedimentos (não é só através da N. A. T. O. que o capital estrangeiro tenta travar o processo revolucionário em curso). Neste caso está o sector das confecções. Depois de SOGANTAL, CHARMINHA, NATURAMA, CAMODA, etc., é a vez de

na CONLUZ (Confecções Lusas, Lda.) o patrão alemão dar o seu contributo para a crise económica.

Ainda no Notal (faz a um abaixamento de ritmos de produção levado a cabo pelas 400 operárias para exigir o pagamento do 13.º mês, o Vitis cá tinha estado, com complexos planos de produção, exigindo que os ritmos de trabalho se mantivessem e reivindicando garantias da parte do Ministério do Trabalho.

Pois sexta-feira, pouco mais de um mês passado, surge o patrão a dizer que não pode manter a produção, pois não tem trabalho para dar às pessoas pois os produtos deixaram de se vender!

Ameaça fechar a fábrica, ou pô-la a funcionar apenas três dias por semana. Informado da que o contrato vigente falda do tempo do fascismo impede que as empresas funcionem menos de quatro dias, o nosso capitalista fez uma segunda proposta, não menos brilhante: despedir já metade do pessoal. Como e tal exige o envio de despedimento com três meses de avanço a ameaça ficou por agora adida (note-se que no caso da CONLUZ, um modo de acção já frequentemente utilizado por capitalistas estrangeiros de serção pura e simples abandonando a empresa — está dificultado pelo facto de as instalações e maquinaria pertencerem ao patrão e representarem um investimento considerável).

O patrão afirma que ao fim dos três meses despede tudo, ou ficam todos a trabalhar dois dias, ou ainda ficam metade a quatro dias por semana. Os trabalhadores, entretanto estão organizados e dispostos a impedir que o patrão leve vantagem de suas ameaças. Eles sabem que a luta contra os despedimentos é, neste momento, um aspecto importante da luta contra o capital, visando obrigá-lo a pagar a sua crise. É que é a luta dos trabalhadores, nos locais onde a exploração se faz sentir que permitirá ir construindo uma sociedade liberta de exploração.

Contra o desemprego! Abaixo o capitalismo!

Os trabalhadores da Rabor - I. T. T.

1. Face às manobras de sabotagem económica da administração da Rabor - I. T. T. que recentemente desmascararam: renúncia a investimentos para este ano, quando habitualmente ultrapassavam os 20 mil contos, cortes nas encomendas provenientes das outras empresas do Grupo I. T. T., retenção de matérias-primas na Alfindega e imposição de negócios prejudiciais à partida.

2. Face à resposta caluniosa e mentirosa do administrador da Rabor - I. T. T. Fagim que veio publicamente negar os factos denunciados pelos trabalhadores:

decidiram por unanimidade, em plenário de ontem à tarde, ocupar as instalações, impedindo a entrada de qualquer administrador e o desvio de documentos, até o M. F. A. nomear uma comissão administrativa, tendo os trabalhadores também decidido continuar a laboração sob seu controlo.

A luta dos trabalhadores da Rabor - I. T. T. é exemplar, pois tomaram nas suas mãos a vigilância às manobras de sabotagem económica do capital estrangeiro e responderam usando a força de sua unidade contra exploração capitalista e o imperialismo.

O núcleo de Ovar do Movimento de Esquerda Socialista apoia a luta dos trabalhadores da Rabor - I. T. T., como apoia todas as lutas decididas autonomamente e conduzidas pelos trabalhadores na defesa dos seus interesses de classe e contra a exploração capitalista.

A I. T. T. vise levar a cabo manobras de sabotagem económica que prejudicam o avanço do processo revolucionário e, caso isto não resulte, preparar o campo para uma retirada que implicará o encerramento das suas empresas

e o despedimento de todos os trabalhadores. A I. T. T. veio para cá à procura dos baixos salários e da passividade da classe operária garantida pela pressão política e ideológica. As novas condições — aumentos salariais adquiridos na luta, acréscimo da combatividade operária e as melhores possibilidades de luta criadas com o 25 de Abril — não interessam à I. T. T., como não interessam às outras multinacionais nem a

## RABOR - OCUPAÇÃO DE INSTALAÇÕES

burguesia portuguesa, pelo que todos se aliarão no combate aos trabalhadores.

Face à crise actual do capitalismo, que para os trabalhadores significa milhares de despedimentos e agravamento das suas condições de vida, muito se joga na luta entre a burguesia e os trabalhadores; ou a burguesia resolve a crise em seu favor o que será sempre através de uma redobrada exploração dos trabalhadores e do aumento de repressão sobre as lutas; ou os trabalhadores conseguem atacar o poder da burguesia, diminuir-lhe o campo de manobra, e criar assim condições para se darem passos decisivos para o socialismo.

É no conjunto da crise do capitalismo e na resposta que os trabalhadores têm de dar a essa crise que assume grande importância a luta desencadeada pelos trabalhadores da Rabor - I. T. T. A denúncia das sabotagens económicas e a luta contra a administração são o primeiro passo a que se terá de seguir outro: a exigência da nacionalização da RABOR - I. T. T.

No entanto, as nacionalizações só serão avanços do processo revolucionário se elas forem o resultado da organização e da acção dos trabalhadores e se elas se efectuarem sob controlo dos trabalhadores. Isto é, se o sector das empresas nacionalizadas for um sector onde o poder dos trabalhadores se afirma claramente.

A luta dos trabalhadores da RABOR - I. T. T. assume também particular importância na altura em que a N. A. T. O., organização militar do imperialismo, realiza a sinistra provocação de exhibir o seu poderio militar em Portugal procurando através da ameaça do seu poder aquecer as costas à burguesia portuguesa, de-

fender os interesses do imperialismo e intimidar os trabalhadores portugueses.

A luta contra o imperialismo e a exploração capitalista é a mesma luta. Lutar contra a presença de Portugal na N. A. T. O. e a presença da C. I. A. e da N. A. T. O. em Portugal, e contra a exploração e as manobras das empresas estrangeiras faz parte da luta contra a burguesia portuguesa, pois esta não deixará de contar, para manter o seu poder, com o apoio armado do imperialismo (N. A. T. O.) e com a pressão e as sabotagens económicas do capital estrangeiro, como está a acontecer na RABOR - I. T. T. e como já aconteceu no Chile onde a I. T. T. foi uma das principais ovelhas da ditadura em estreita aliança com a burguesia chilena.

Princípios fundamentais

Abaixo a exploração capitalista!

Abaixo o imperialismo! Portugal fora da N. A. T. O., N. A. T. O. fora de Portugal!

Em frente pela nacionalização da RABOR - I. T. T. e de todas as empresas do Grupo I. T. T.

Em frente pelo poder operário e popular.

Em frente pelo socialismo.

Vive a classe operária! O Núcleo de Ovar do Movimento de Esquerda Socialista

transigente dos interesses da classe operária a interesses de conciliação de classes; impedir que os interesses partidários se sobreponham aos interesses dos trabalhadores; estabelecer contactos com os trabalhadores das outras empresas do Grupo I. T. T. pa-

ra que a reivindicação da nacionalização da RABOR - I. T. T. se transforme na reivindicação da nacionalização de todas as empresas do Grupo I. T. T.; divulgar a luta e estabelecer contactos com os trabalhadores das outras empresas de modo a criar uma forte unidade e solidariedade de classe; alistar tudo o que divide os trabalhadores e reforçar tudo o que os une, pois a sua unidade e organização são armas fundamentais para a vitória.

É avançando decididamente contra o capitalismo que se forjará a unidade revolucionária de todos os explorados e oprimidos sob a direcção da classe operária e se destruirá o capitalismo e se construirá o capitalismo como primeiro passo para a sociedade sem classes — a sociedade comunista.

Abaixo a exploração capitalista!

Abaixo o imperialismo! Portugal fora da N. A. T. O., N. A. T. O. fora de Portugal!

Em frente pela nacionalização da RABOR - I. T. T. e de todas as empresas do Grupo I. T. T.

Em frente pelo poder operário e popular.

Em frente pelo socialismo.

Vive a classe operária! O Núcleo de Ovar do Movimento de Esquerda Socialista

transigente dos interesses da classe operária a interesses de conciliação de classes; impedir que os interesses partidários se sobreponham aos interesses dos trabalhadores; estabelecer contactos com os trabalhadores das outras empresas do Grupo I. T. T. pa-





# ORGANIZAÇÃO

que resolveu, com outros camaradas, que fosse feita uma exposição ao SAAL (Serviço de Apoio Ambulatorial Local), que é do seguinte teor:

1. — Aspecto geral das habitações

1.1. Na generalidade dos casos, todo o seu aspecto é péssimo.

1.2. Nas ilhas temos a considerar o seguinte:

a) Mau pavimento,

b) Saneamento péssimo, com retretes sem as mínimas condições, tais como falta de autoclismos e em alguns casos de água, o que provoca mau cheiro e daí a falta de salubridade por empastamento do meio ambiente.

c) De uma maneira geral as casas das ilhas são de dimensões bastante pequenas, não comportando na generalidade dos casos as pessoas que nelas habitam. Temos que considerar que há uma grande quantidade de crianças que por via disto, não têm o mínimo de condições para o seu pleno desenvolvimento.

d) Estas mesmas casas, encontram-se na sua generalidade com bastantes deficiências como seja tetos permeáveis à chuva, humidade intensa, ardores e janelas podres, paredes em estado de ruína, etc.

e) A poente da ilha com o n.º 278, existe uma fábrica de farinhas, pertencen-

tes à firma «Sociedade de Farinheiros do Heroísmo», que quando tem os seus moinhos em funcionamento, os seus fazem estremecer a maioria das casas da referida ilha, pois ficam paradas com poeira.

1.3. Nos prédios verifica-se também o seguinte:

a) Existem casas como por exemplo o 3.º andar do prédio com o n.º 276, que se encontra praticamente em ruína, o que pressupõe que todo o prédio se encontrará nas mesmas condições.

2. — Saúde das pessoas

2.1. Na grande maioria dos casos existem doenças nas pessoas, como bronquite e doenças cardíacas.

2.2. De salientar também o aspecto pálido a doente, assim como um certo raquitismo, que se verifica nas crianças.

3. — Posições assumidas anteriormente por alguns inquilinos

3.1. Os inquilinos têm vindo a reclamar há muito tempo, junto dos seus senhorios, para que estes fizessem as obras indispensáveis, o que nunca aconteceu.

3.2. Houve um inquilino (José Cardoso, morador na ilha com o n.º 276 casa 8) que fez dar entrada na Câmara Municipal do Porto, há nove anos, uma exposição sobre o estado em que se encontra a sua habitação. Por este motivo a senhorita do referido inquilino foi alvo de várias multas, sem que contudo tivesse procedido às obras necessárias.

4. — Terrenos disponíveis na área

4.1. Além dos referidos prédios a ilhas existem terrenos dessa província e abandonados.

4.2. Existe na Rua António Carneiro (a Norte do liceu Rainha Santa Isabel) uma enorme área de terreno densamente arborizada, que se sabe pertencer à Câmara Municipal do Porto.

4.3. Destes terrenos abandonados existem fotografias tiradas por este grupo de inquilinos, que quando se acharem reveladas serão enviadas a esses serviços, para serem anexadas ao presente documento.

4.4. Ao lado da ilha com o n.º 368, existe uma casa em estado de demolição que serve de lixeira.

Sobre o exposto reclamamos desses serviços a devida intervenção, no sentido de nos sugerirem medidas urgentes a tomar.

## OS INQUILINOS

«... A classe trabalhadora foi e continua a ser explorada desenfreadamente por um sistema económico — o sistema capitalista — exploração essa que se reflecte em nós trabalhadores, que tudo produzimos e nada possuímos, nos mais variados aspectos.

Um desses aspectos é o de habitação, que não nos afecta só a nós, mas à maioria deste povo. Nós sa-

# DE UMA LUTA

bemos quem constrói as casas e com quem fim as constrói. Quem as constrói tem uma única finalidade,

o lucro. As casas com as melhores condições de habitabilidade são para um certo número de privilegiados.

Nós sabemos que este País, que foi regido por um regime profundamente opressor — nós ate somos virmos de uma casa onde se massacraram pessoas — regime esse que à força dos bestões da Polícia e outras bestas por nós conhecidas, foi o grande sustentáculo do sistema económico que ainda rege este País.

O problema que nos traz aqui hoje, o de habitação, não está isolado: envolve questões de ordem social, de saúde, cultural, educacional, etc.

Nós sabemos que na maioria dos casos as nossas casas não possuem condições de alojamento. As pessoas vivem apertadas, não há espaço para se moverem.

É necessário que as pessoas se comecem a habitar à ideia de que o tempo de viverem egoisticamente, já passou. Estamos no tempo de nos unirmos para a resolução dos nossos problemas e esta união não pode ser de palavras ou de conversas de café, mas através de reuniões como

esta e das conclusões práticas que daqui possamos tirar. Portanto, é um apelo à nossa união e organização, que aqui fica.

«... Eu por mim apesar de ser nova mas nascida aqui há 29 anos, na Rua do Heroísmo, acho que temos todo a conveniência na formação de uma associação, que para nós será um grande benefício. Neste arranque e nestas medidas que o SAAL nos está a proporcionar. Para não demorarmos em grandes palestras com grandes palavras, acho que deveríamos proceder a arrancar com a associação. Tenhamos todos consciência de que se nós poderemos, realmente, construir em Portugal um futuro melhor.

«Meus amigos desculpem por eu fazer esta minha interferência, sei por que parece que serei a pessoa menos indicada para participar. Actualmente tenho a melhor moradia e por conseguinte estou fora do contexto. Todos conhecem, mais ou menos, a minha natureza humilde, hoje destruído de uma situação social bastante boa.

Estamos a falar do problema habitacional. Estou-me a lembrar de um grupo de rapazes dos Serviços de Transportes Colectivos, que fizeram a compra de um terreno e depois nas suas horas vagas se juntavam e iam para ali trabalhar. Compravam cimento o tijolo, conseguindo fazer uma obra formidável por um preço bastante mais barato.

«Parece-me que se vos vos juntardes, melhor poderíeis fazer essa obra.

Nesta ordem de ideias, há um aspecto aqui na nossa área que me tem feito meditar. Quantas vezes no passo ao domingo de manhã no Campo 24 de Agosto e causei-me tristeza ver aquele espectáculo de dezenas e dezenas de pessoas à espera de tomar o seu banho, porque não têm condições em casa para se lavarem. Agora que estamos numa altura em que podemos fazer, porque tendo nós aqui ginásios com banheiros e nesta fase enquanto não se resolve o problema, porque é que não se põe o problema às escolas ou liceus daqui para uma cedência dos banheiros ao domingo de manhã, evitando assim aquelas bichas terríveis? Porque é que essas pessoas não vão para esses banheiros? É uma sugestão que eu ponho.

Há outro caso urgentíssimo — o problema da criança —. Nós temos aqui à beira um jardim que é considerado o mais bonito da cidade do Porto — o jardim da Companhia das Águas —. É proibido o acesso a esse jardim a pessoas não portadoras de uma cartão. Não está bem! Porque é que não se põe o problema à Câmara Municipal, de forma a que os pais ao domingo em vez de se refugiarem na tassa, fos-

sem com os filhos para no jardim?»

No final da reunião foi eleita uma comissão representativa dos vários bairros presentes. A referida comissão está já em pleno funcionamento.

Este caso, conjuntamente com outros iguais, que vão demonstrando a capacidade de luta e organização das camadas populares, mostram que, efectivamente, face ao poder da burguesia, só o poder popular devidamente apoiado pelas forças progressistas com uma opção de classe bem definida, é capaz de dar dimensão a um amplo movimento de massas que terá como objectivo o derribe desse mesmo poder burguês, a implantar neste País a verdadeira democracia — o socialismo.



No passado dia 4 de Janeiro, um grupo de moradores da Rua do Heroísmo no Porto, conscientes da gravidade do seu problema habitacional, reuniram-se a fim de discutirem e descobrirem processos de luta com vista à resolução desse mesmo problema que através dos tempos tem sido um entrave à realização social das pessoas, com incidências nos seus mais diversos comportamentos, como sejam: educacional, cultural, físico e mental, sexual, etc.

Aliás, não é apenas um problema seu, mas o de toda uma classe marginalizada, potencialmente mais forte, detentora da força de trabalho — a classe trabalhadora — que um sistema económico capitalista — se permitiu, através de um proteccionismo dado pelo regime político fascista, às mais variadas formas de exploração que o 25 de Abril em nada veio modificar.

Deixamos aqui alguns extractos do que foi a reunião dos moradores da Rua do Heroísmo no Porto.

«Camaradas, boa noite! Doram-me a primazia em ser eu a explicar o motivo desta reunião.

Como todos nós sabemos, a nossa maior preocupação é o problema da habitação, por isso estamos todos aqui reunidos para o discutirmos.

Para exemplificar, vou contar o meu caso: eu pai de seis filhos, tenho uma casa, que não se encontra com o mínimo de condições para nela habitar (uma sala, uma cozinha e um quarto, isto para quatro raparigas, dois rapazes, além de mim e da minha mulher).

Antes da data histórica do 25 de Abril, não pensávamos nestas coisas, mas só pensávamos! Agora, a partir daí, tentamos fazer alguma coisa para a nossa vida e para a vida dos outros.

Houve então uma ideia genial de um vizinho meu, chamado ac. José Cardoso

# COMEÇO

# HABITAÇÃO



# MES saúda Lotta Continua

**COMUNISTAS**

A todos os camaradas da Lotta Continua, a todos os camaradas representantes de outras organizações da esquerda revolucionária italiana e de todo o mundo apresento, antes de mais, as saudações revolucionárias da organização que representa o M.E.S. de Portugal.

Viermos a este congresso para tornar clara a vontade que nos anima de estreitar os laços militantes com todos aqueles que, como nós, fazem da luta revolucionária pelo socialismo e pelo comunismo a sua bandeira de hoje.

Viermos a este congresso para conhecer a importância das camaradas da Lotta Continua e as perspectivas que apresentam, num momento em que, com a nova crise do imperialismo que se forma cada vez mais grave, nas regiões e que pertencem os nossos dois países — a zona mediterrânica — se vão criando condições cada vez mais favoráveis para profundas mudanças.

Queremos dar o nosso contributo a esta luta comum, apresentando as conclusões a que chegou o nosso congresso, que terminou há três semanas.

## A direita joga na crise

Como sabem, vivemos hoje em Portugal uma situação extremamente complexa e original, sem precedentes nem comparação em qualquer outra parte do mundo. Um exercício, que durante três anos serviu os interesses criminosos da burguesia portuguesa e do seu regime político, derrubou esse mesmo regime, abrindo assim o caminho a novos e decisivos passos em frente na luta dos trabalhadores portugueses. A heroica luta dos povos das colónias portuguesas e dos seus movimentos de libertação — P.A.I.G.C., Frelimo, M.P.L.A. — mostraram a esse Exército a impossibilidade de uma vitória militar contra povos decididos a libertarem-se, fazendo surgir, nalguns sectores de oficial, a convicção de que a solução dos seus problemas teria de passar pela destruição do fascismo.

A queda do fascismo seguiu-se imediatamente uma mobilização de massa dos operários e de outros sectores populares que transformou a forma inicial do golpe numa conquista po-

pular que abriu o espaço pelo qual, pela prática da luta, se poderiam conquistar objectivos muito mais avançados.

Hoje, em Portugal, a crise de dominação burguesa é um facto. A crise económica acentua-se. Crescem os despedimentos e a inflação ultrapassou 40 por cento em 1974. A burgue-

des democráticas, a força cada vez maior da luta e das organizações autónomas dos trabalhadores e as posições progressistas do M.F.A. não permitiram que a burguesia recuperasse terreno.

A nível militar e incontestável que o M.F.A. avança cada vez mais para po-

interno de produtos de primeira necessidade e o comércio externo; os latifúndios devem ser apropriados.

Com isto queremos privar a burguesia dos seus instrumentos, impedindo as manobras que tendam a agravar a crise económica e queremos dar instrumentos ao poder político, obri-

pela conquista do poder e pelo socialismo.

A nível político e ideológico a crise da burguesia abre grandes espaços ao crescimento da consciência e da organização dos trabalhadores; existem possibilidades para que, a nível do poder político, se possam impor conquistas irreversíveis. Neste contexto quais são as nossas tarefas em relação às eleições para a Assembleia Constituinte?

Se não forem tomadas rapidamente medidas contra a utilização capitalista da crise, a direita ganhará as eleições. Em qualquer caso far-se-á, sem dúvida, tentativas de canalizar a luta dos trabalhadores, para o terreno da luta legal e eleitoralista.

Os partidos tentam controlar legalmente as lutas, procurando atenuar as contradições e a radicalização do confronto das classes; por isso a desmobilização é o perigo mais grave. O nosso movimento empregará as suas forças na luta contra a realização de eleições que se efectuam antes de decisivas mudanças de poder e controlo da economia. Mas, se se fizerem eleições, nós ficaremos à margem.

Apresentamo-nos-nos às eleições e a nossa campanha eleitoral será o que forem os conteúdos da luta de massas em torno de objectivos anticapitalistas. Ultrapassaremos a dinâmica eleitoral, procurando mobilizar e organizar a classe operária na luta pelos seus objectivos imediatos, con-

tra os despedimentos e a subida do custo de vida, na perspectiva geral duma ofensiva de classe contra o sistema.

Mes, de qualquer modo, as perspectivas que hoje se abrem à luta de classes em Portugal, dependem, em grande medida, do que acontecer fora do nosso país, para que a nossa existência não fique isolada.

Os nossos avanços para o socialismo dependem muito da efectiva descolonização de Angola, Guiné e Cabo Verde e Moçambique; dependem das conquistas dos movimentos de libertação desses países, e dependem, cada vez mais, do avanço da luta de classes na Europa; do derube do franquismo em Espanha e das conquistas dos trabalhadores nesses países, do explodir revolucionário da situação italiana e da situação política da França. Dependem, ainda, do extraordinário estímulo que seria o derube de Pinochet no Chile, dependem da derrota do regime brasileiro e do fracasso do imperialismo americano na Indochina. Dependem da unidade na luta de todas as forças revolucionárias do mundo, sem a qual, qualquer existência nacional para o socialismo está destinada ao fracasso e a ser afogada no sangue pelo imperialismo.

**AVANTE  
PELO SOCIALISMO  
PARA CONSTRUIR  
O COMUNISMO!**



tuguesa não consegue fazer frente a esta situação. O nível de acumulação de capital é ainda baixo e a dependência do capital estrangeiro não deixou de se acentuar durante todos os anos da guerra colonial. As empresas multinacionais encontravam em Portugal os baixos salários e a paz social, que o regime assegurava. Hoje a burguesia financeira joga abertamente na crise económica para preparar o caminho a uma vitória eleitoral de direita, e, responsabilizando por esta crise a luta dos trabalhadores, tenta recuperar o seu domínio político. Mas, quer a nível político quer a nível ideológico, a crise

sicções progressistas e pensamos que ainda pode dar passo em frente, criando assim condições mais favoráveis para o avanço da luta. Deve-se ainda aprofundar o saneamento nas Forças Armadas, sobretudo dentro do Exército, à semelhança do que já se fez na Marinha, de modo a fazer avançar a democratização a todos os níveis. É uma tarefa decisiva dos milicianos, e soldados, que nós defendemos, conquistarem o direito de decidir sobre o saneamento dos oficiais de direita. Esta questão, de que todos tenham direito a ser eleitos a todos os níveis, é hoje um objectivo da luta decisiva nas Forças Armadas.

Mas que propomos nos face a esta situação? No plano económico a nossa divisa fundamental é «obrigar o capital a pagar a sua própria cnse. Como dizíamos, a burguesia não quer pagar a reconversão industrial. Por isso, devem-lhe ser retirados dos meios os seus instrumentos essenciais de manobra: deve-se exigir a nacionalização da banca, dos Seguros, dos principais ramos da indústria. Por outro lado devem ser nacionalizadas as fábricas que fazem despedimentos, as empresas que controlam o comércio

gendo-o e a lançar as bases para a superação da crise, juntamente com medidas que permitam o reforço do poder dos trabalhadores e lhe facilitem a luta. Queremos reforçar a organização revolucionária e criar, na luta de massas anti-capitalista, as bases de um contra-poder operário, integrando a luta por objectivos imediatos na luta por objectivos políticos gerais.

## Cergal: NATO fora de Portugal

No dia 10 de Fevereiro, à hora de encerramento da nossa Redacção, recebemos a informação que marinheiros da N.A.T.O. tomaram a iniciativa de «visitar» a fábrica de cervejas Cergal.

No momento em que a N. A. T. O. toma claras posições de ataque sob a forma de pressão militar e diplomática ao processo político português, e em que milhares de trabalhadores repudiam já a presença intimidatória da N. A. T. O. e denunciaram o imperialismo americano, os trabalhadores da Cergal deram a esta acção a dovuta resposta: paralisaram a actividade durante a «visi-

tiva» e apuramento das responsabilidades. Paralelamente, alertam todos os trabalhadores através do seguinte comunicado:

«Assiste-se neste momento em Portugal a um forte movimento de repulsa pela presença da N. A. T. O. no nosso país. Vários partidos de esquerda se têm manifestado contra a pressão que essa organização tenta exercer sobre as lutas dos trabalhadores por uma nova sociedade. A grande manifestação operária do dia 7 de Fevereiro foi um solene aviso ao imperialismo e à sua política de choque: a N. A. T. O. «Os operários da Cergal

vieram com o seu leito do trabalho para a rua, mostrando assim que estão na primeira fila contra o desemprego e contra o imperialismo. São estes mesmos operários, e restantes trabalhadores, que hoje, dia 10 de Fevereiro, sofrem uma grave provocação. Os trabalhadores denunciaram a entrada na fábrica de aproximadamente 80 marinheiros da N. A. T. O. Perante tudo isto, os trabalhadores denunciaram e todo o povo a grave provocação de que foram vítimas e convidam todos os trabalhadores e corais fiéis em volta da classe operária pela independência o nosso país e contra a exploração que se está movendo.»

Publicado no diário «Lotta Continua» de 17 de Janeiro último. Publicamos brevemente as posições do Congresso. (M.L.C.)





## Celulose do Tejo : Os patrões fugiram dos trabalhadores

Os trabalhadores da Celulose do Tejo S.A.R.L., da Vila Velha do Rodão, enviaram em greve no passado dia 2, depois de não terem sido atendidas as reivindicações que haviam apresentado, no passado dia 31 a administração da fábrica.

O caderno reivindicativo pedia a manutenção do aparelho fabril, o armazenamento do material em condições de segurança, o fim das represálias sobre os trabalhadores e o cumprimento das leis do trabalho em vigor e dos compromissos estabelecidos entre os patrões e os trabalhadores.

Também neste caso a administração adoptou a

cômico remédio de abandonar a Empresa, fugindo para o Brasil, um dos refúgios dos fascistas que têm medo de enfrentar as justas reivindicações dos trabalhadores em luta.

As reivindicações dos trabalhadores, que se resumem à melhoria das condições de trabalho, principalmente no que diz respeito à segurança, fizeram recuar o patronato que, segundo se afirma no comunicado distribuído pela Comissão de Trabalhadores, não mostra capacidade para «conviver» com os operários.

**NOTA** — No próximo número publicaremos uma entrevista com a comissão dos trabalhadores.

Assistimos mais ou menos passivamente à nacionalização de uma parte da estrutura bancária portuguesa.

Esta nacionalização corresponde a uma pequena parcela das nossas exigências: a democracia e os avanços para o socialismo não podem ser cumpridos se quem tudo decide e quem até agora tudo tem na mão, pretender ficar por estes estreitos limites. O poder de que dispomos e a certeza de que uma nova política económica posta ao serviço do Povo Português tem de passar pela completa nacionalização da banca comercial, impedem-nos para diante e simultaneamente obrigam-nos a pensar nos termos em que a nacionalização até ao momento se tem processado: afinal, a nacionalização de alguns bancos está a consistir na gestão privada do capital público, do dinheiro do povo!

### QUE NACIONALIZAÇÃO QUEREMOS?

Não queremos aquela que conduz à progressiva

# Nacionalização- e controle- da banca privada

estatização da economia. Não queremos a burocratização da nova banca nacionalizada onde, agora a coberto duma nova legalidade, a gestão se mantém, os comensais de um para o outro lado para que pareça que tudo mudou, ficando tudo na mesma, para que assistamos impotentes e revoltados às mesmas manobras, aos mesmos favores, à mesma desprotegida protecção aos potentados económicos.

**Não é isto que queremos e é a isto que assistimos.**

As nossas lutas e as nossas propostas são no essencial ignoradas ou sabotadas na origem: os meios variam e vão desde as tentativas, mais ou menos declaradas, de divisão da classe, até às manobras sucessivas com o objectivo de nos lançar airois para os olhos.

**Não é esta a nacionalização que queremos e exigimos.**

Nun momento em que dispomos de alguns meios, que poderão afectar no seu cerne todo o processo de exploração e acumulação capitalistas, não se deram os mais pequenos passos tendentes a colocar estes meios ao serviço dos trabalhadores e muito pelo contrário se caminha perigosamente para a institucionalização de um capitalismo de estado, ainda ao serviço dos interesses do capital financeiro privado.

Porque não se permite que o Banco de Portugal funcione como verdadeiro banco central, atribuindo-lhe realmente as tarefas de disciplinar e responsável por toda a política bancária?

Porque não se aproveita o potencial de crédito da Caixa Geral de Depósitos e a cobertura geográfica do B. N. U.?

### PÓR A BANCA NACIONALIZADA AO SERVIÇO DAS CLASSES TRABALHADORAS

Se só a completa nacio-

nalização da banca pode resolver a favor dos trabalhadores, a crises que rapidamente se vem acentuando a banca nacionalizada existente, pode e deve ser posta ao serviço de uma consequente política anti-capitalista.

— apolando directamente as iniciativas autónomas dos trabalhadores tendentes ao controle do aparelho económico (produção e distribuição);

— controlando a formi-

menum instrumento ao serviço das classes exploradas e oprimidas?

O saneamento aparece como o objectivo prioritário. So através dele se poderá correr com aqueles que decidem nas costas dos trabalhadores e sabotam as suas exigências; só o saneamento permitirá varrer os corruptos e aqueles que possuem ligações íntimas ou ocuparam posições de destaque no aparelho de estado fascista.



## Por um Serviço Social Popular

O I.S.S.S. atravessa uma importante fase de luta desenhada no sentido de actuar de uma maneira que sirva o actual processo revolucionário para que se opere uma verdadeira democratização económica do ensino do Serviço Social.

Uma transformação que possibilite às camadas trabalhadoras o acesso ao instituto, e que este se torne assim um local onde os estudantes da assistência social sejam estudados e perspectivados correctamente, ou seja, no sentido dos interesses dos trabalhadores. Um local onde não mais se continuem a formar elites, desligadas dos problemas da exploração e miséria dos trabalhadores e dos seus interesses de emancipação. É nesta base que se fortaleceu o processo de luta, cuja reivindicação fundamental consiste na integração administrativa do Instituto Superior do Serviço Social no Ensino Superior, de forma a tornar as condições de frequência e acesso mais favoráveis a amplas camadas sociais, melhores condições de trabalho, e aligeirar de uma maneira efectiva os encargos de frequência (preços das propinas, refeições nas cantinas, etc.).

O processo de luta tem assumido formas massivas de discussão e perspectivação, tendo-se realizado, na semana passada, uma manifestação pública com cerca de 200 pessoas que terminou na M.E.C. para pressionar a respeito que tarda há vários meses. Dos contactos posteriores à manifestação com o Ministério, existem já algumas medidas concretas, designadamente a atribuição dum subsídio, tendo porém ficado de pé a questão extremamente importante da integração, para cuja resolução se criou uma comissão formada por elementos das escolas de Lisboa, Porto, Coimbra, do Sindicato dos Profissionais do Serviço Social e um delegado do M.E.C.

A perspectivação política desta situação de luta resulta claramente nas seguintes passagens de comunicados do I.S.S.S.

### O ENSINO PARTICULAR SUPERIOR EM QUESTÃO

Cientes de que não se pode desligar a natureza particular do Instituto de formação de Assistentes Sociais dos interesses e objectivos perseguidos pela classe dominante do regime depositado, que sempre se opôs ao entrançado a luta de emancipação da Escola, considera-se que para a reestruturação do Curso de

Serviço Social se impõem: — uma efectiva democratização económica do ensino em Serviço Social, de modo a possibilitar o acesso à escola de todas as classes sociais e fundamentalmente da classe trabalhadora;

— pôr fim ao isolamento da escola em relação ao sistema universitário português;

— proporcionar uma formação em trabalho social que assente no corpo teórico das Ciências Sociais e na prática do processo de transformação da sociedade portuguesa, perspectiva da na defesa intransigente dos interesses históricos da classe trabalhadora.

### AS RAZÕES DA INTEGRAÇÃO

A luta pela integração do I.S.S.S. nas estruturas universitárias oficiais é, antes de mais, a luta por um direito, a reivindicação justa de igualdade em relação aos outros estudantes, professores e funcionários, em suma às restantes escolas superiores universitárias.

O constatar deste direito fundamenta-se na contradição entre o reconhecimento público da utilidade social do curso e a perpetuação do seu estatuto como estabelecimento de ensino superior de natureza particular.

## Saneamento no Pinto e Sotto Mayor ?

Chegou-nos à redacção um comunicado da Comissão de Delegados do Banco Pinto e Sotto Mayor aos trabalhadores alertando-os para factos que consideramos como «manobras provocatórias da administração» inserida numa «rescalda da rejeição que desde o 25 de Abril tenta racu-

perar as suas posições».

O facto é que o Dr. Damilão Velloso Ferreira, eis L.P. e efectivo à PIDE-D.G.S.S. no 25 de Abril e no 28 de Setembro, foi promovido a adjunto da direcção da filial do Porto, o que a Comissão de Delegados considera como um esforço da administração para difi-

cultar o processo conducente a «colocar a economia ao serviço do povo trabalhador».

Recordamos que da administração do banco fazem parte o Mestre conde de Carli, o eng. Pinto Ellis e outros.

### Núcleo de Intervenção dos Bancários do M. E. S.





Na continuação da luta que os 1600 trabalhadores da «Eurofil» vêm travando desde Maio, contra: despedimentos, sabotagem económica e incompetência da administração, foi aprovada em plenário a ocupação imediata da empresa e suspensão da administração.

As investigações efectuadas pelos trabalhadores, levaram à descoberta de irregularidades de toda a ordem e conduziram a esta tomada de posição.

Foi entregue ao M.F.A. um memorando com os aspectos mais importantes das irregularidades descobertas e solicitando a sua intervenção.

Cientes que esta sua to-

empresa a lançar os trabalhadores no desemprego, certamente se intencionam de fazer com que o Estado lhe cubra os prejuízos.

É assim que actualmente a Eurofil, empresa de ponta da Indústria Têxtil Nacional, tem neste momento 450 mil contos de dívidas. E é assim que vigilância dos trabalhadores veio a descobrir e confirmar medidas de sabotagem económica, sob a forma de incompetência na gestão — desvio de fundos na compra de matéria prima ao estrangeiro ao preço de 1000 dólares / tonelada enquanto que o preço do mercado na Europa é de 700 dólares / tonelada.

## NAS FÁBRICAS

meda de posição está na linha do espírito revolucionário inspirado no movimento vitorioso do 25 de Abril os trabalhadores da Eurofil estão fortemente seguros de que esta sua atitude contribui para a construção de uma sociedade nova, sem exploradores nem explorados.

A reacção capitalista na nobre contra os trabalhadores. Na Eurofil, empresa com cerca de 1600 trabalhadores, o patronato ligado aos grandes grupos económicos (grupo Borges), avança com medidas de sabotagem económica, que conduziu à falência da empresa.

Depois do 26 de Abril, o capitalista Miguel Quina, para manter as suas margens de lucro, quis despedir cerca de 300 operários, mas encontrou por parte dos trabalhadores uma tenaz resistência que o derrotou nos seus intentos. Então, os trabalhadores ocuparam também a fábrica, e com o apoio do M.F.A., conseguiram impedir os despedimentos.

Faça a esta situação, em que os trabalhadores se mostraram dispostos a lutar contra a exploração capitalista e revelaram uma decidida união e firmeza, quer na Eurofil, quer noutras empresas do Grupo Borges: Mabbor, «Jornal do Comércio», Star, Icesa, o capitalista Quina continuou na Eurofil a sua tática reaccionária de acabar com a

Actualmente, os trabalhadores ocuparam instalações da empresa, exigem a demissão da direcção, mantêm a fábrica em laboração e controlam democraticamente todo o processo, exigindo que seja o Quina que pague as dívidas e não o Estado. O funcionamento é pois esse-

gurado em todos os aspectos, nomeadamente pelo traçado das linhas mestras de gestão da fábrica (plano económico de sobrevivência a 6 meses) e constituição de grupos de trabalho para a levar à prática (em todos os aspectos desde o controle da conta bancária da Eurofil até à eliminação de despesas supérfluas).

Esta luta dos trabalhadores é uma luta importante e avançada. É um processo tratado de uma forma profunda, em que os trabalhadores conscientes da exploração que se exerce sobre eles por parte do capital, põem em causa a solução do seu problema na perspectiva de acabar com a exploração do capital privado, de nacionalizar a empresa e sua industrialização e sob controle dos trabalhadores.

Esta luta é uma demonstração e um passo à frente na organização do poder operário e popular, no derube revolucionário dos sabotadores capitalistas e na construção da alternativa operária à desorganização e exploração do capitalismo.



# Alentejo em luta

Da impressionante manifestação realizada em Beja por 20.000 trabalhadores rurais no dia 2 algumas lições podemos tirar. A primeira é a da força organizada que constitui neste momento o proletariado rural e da sua decisão de dar um combate sem tréguas aos latifundiários. A segunda, e que aqui, como nas cidades, se mostrou claramente quem está e quem não está interessado em fazer avançar o processo revolucionário iniciado pelo M. F. A. no 25 de Abril.

4.000 homens e 10.000 mulheres desempregados que há neste momento no distrito e avançarem na ocupação de terras o que leva à expropriação das terras incultas e mal cultivadas e a iniciar processos de luta pela reforma agrária, que culminariam na democratização e colectivização das terras pertencentes aos grandes agrários.

caso do Partido Comunista Português. Neste, como noutros sindicatos, as acções dirigidas e capulistas são um facto.

Só se tivermos isto em conta poderemos compreender as tomadas de posição do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. Eles correspondem às tomadas de posição que o Partido Comunista Português tem assumido no decorrer da

## NOS CAMPOS

Apenas o P. C. P. e o M. D. P. e o M. E. S. deram o seu apoio a esta manifestação.

De notar que tendo o P. S. realizado um comício em Beja no dia anterior, com a presença de Mário Soares, a luta dos trabalhadores rurais contra a exploração latifundista e capitalista não foi sequer alforada nas intervenções do comício.

A manifestação de Beja senão sido decidida numa assembleia de delegados sindicais realizada uma semana antes. Esse assembleia caracterizou-se pela determinação dos trabalhadores de tomarem medidas que obrigassem os latifundiários a dar trabalho aos

Embora tenha havido processos de ocupação de terras e outras medidas, como a obrigação de dar emprego, proibição de vender para abate, etc., tenham sido tomadas pelos trabalhadores rurais e o seu sindicato contra os agrários, o que é certo é que a luta não se generalizou como seria de esperar depois de se ver a disposição que os trabalhadores e os delegados sindicais tinham para tal.

O que é um facto é que o proletariado rural está disposto a avançar para a expropriação dos latifúndios e quando mais tempo se perder na tomada de medidas neste sentido mais difícil será fazê-lo. No entanto só as próximas semanas nos dirão em que sentido quer avançar o Sindicato porque o que acontece é que o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas tem sido, desde o seu nascimento, instrumentalizado a interesses partidários, no

actual crise política e tem bremos nos que, embora, as zonas rurais do Sul do País, tenham importância, e nos grandes centros industriais e urbanos que se vão jogar as certezas decisivas. Assim, a tomada ou não de medidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, que ponham em causa o poder dos grandes agrários, vai, não tenhamos dúvidas, estar condicionada às posições que o Partido Comunista venha a assumir no decorrer da crise que estamos a viver.

Também nas zonas rurais, a conquista do princípio da Unidade Sindical não é suficiente, se bem que importante, para que a unidade revolucionária dos trabalhadores contra o capital se forme.

E preciso lutar por um sindicalismo de classe, única forma de serem os trabalhadores a gozarem os seus próprios interesses fora de qualquer tutela partidária.



# TRABALHADORES VENCERÃO